



XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRIÇÃO PORTO ALEGRE – RIO GRANDE DO SUL

CARTA DA TENDA JOSUÉ DE CASTRO

Porto Alegre, 29 de outubro de 2016

A primeira edição da Tenda Josué de Castro aconteceu durante o XXI CONBRAN em Joinville, Santa Catarina, no ano de 2010, e de lá para cá foram 19 edições e sendo esta a primeira que ocorre dentro de um CONBRAN, sem financiamento da indústria de alimentos. A Tenda promoveu a discussão envolvendo temas como fome, alimentação adequada e saudável, segurança alimentar e nutricional, soberania e exigibilidade do DHAA, tendo por cenário orientador a história de Josué de Castro.

Nesta edição, um dos elementos que mais sobressaiu orientando as discussões dos espaços de Rodas de Conversa da Tenda, foi a análise da conjuntura nacional que ameaça as garantias constitucionais conquistadas pela população brasileira em 1988. Nesse cenário, os participantes e convidados das Rodas de Conversa apontam para o perigo do desmonte das políticas públicas de alimentação e nutrição, e da garantia de todos os direitos sociais, incluindo a alimentação adequada. Esta análise apareceu e orientou todas as discussões dos espaços da Tenda Josué de Castro.

Foram realizadas quatro Rodas de Conversa, e uma Roda de Chimarrão e o Espaço Josué de Castro Convida. A primeira Roda de Conversa abordou o tema *Alimento mercadoria ou direito humano: que conhecimentos e estratégias estamos construindo no controle social e formação profissional?* Nesta roda, foi realçada a importância de ser pensado um processo formativo onde a proposta político-pedagógica, os currículos se voltem efetivamente para a sociedade e não priorizem a formação para o mercado, abrindo espaços e compondo saberes com as organizações da sociedade civil, valorizando o saber popular, não permitindo nenhum retrocesso, articulando e fortalecendo os movimentos sociais para que sejam agentes de luta e resistência. Também fica destacado que não é possível garantir o direito humano a alimentação adequada e saudável, havendo conflitos de interesses com interferência da indústria, por isso foi ressaltado pelos participantes a importância de um congresso de nutrição sem financiamento da indústria de alimentos.

A segunda Roda de Conversa tendo como proposta trabalhar a *Segurança Alimentar e Nutricional e Sustentabilidade Ambiental: diálogos possíveis e necessários*, foi destacado pelos participantes que: O Brasil se transformou em uma nação submissa às empresas donas de sementes transgênicas; que ao ser discutido sustentabilidade, esta deve ser pensada em direção a sustentabilidade econômica, social, e ambiental; que sem agroecologia não há segurança alimentar e nutricional; que a produção agroecológica gera mais e melhores empregos, promovendo justice social, e respeito ao sistema de valores

de cada uma das culturas. Ainda foi destacado que com os territórios ameaçados pela especulação e urbanização, não é possível ter agroecologia como modo de vida. Ainda observa-se a necessidade de garantir e expandir a produção a partir da agricultura familiar e camponesa.

Na terceira roda que tratou sobre *Cultura e Soberania Alimentar e Nutricional: do que estamos falando e do que precisamos?* Os destaques ficaram por conta dos Povos e Comunidades Tradicionais, invisíveis para as políticas públicas e socialmente marginalizados, gerando uma grave situação de vulnerabilidade social, ainda mais prejudicada quando um governo ilegítimo, de brancos e homens, retiram direitos duramente conquistados por estes povos. Além disso, relatam que a priorização do agronegócio retira estes povos de seus territórios para patrocinar a monocultura, impedindo que a cultura e a soberania alimentar sejam impedidas de ser mantidas e reproduzidas. Neste sentido, a questão territorial e fundiária deve assumir centralidade no debate e nas estratégias políticas para garantia da soberania alimentar e do direito humano à alimentação adequada. Ainda, os povos não querem mais que organizações ou outras pessoas falem por eles, visto que somente seus representantes legitimamente reconhecidos podem defender suas demandas.

A quarta Roda de Conversa envolveu a *Segurança Alimentar e Nutricional: relatos e apresentação de experiência*. Esta roda apresentou importantes experiências realizadas para a garantia do direito humano a alimentação adequada, e expos a necessidade de outros momentos de encontro que fortaleçam o elo entre as entidades e organizações. Foi dado destaque para a invisibilidade da população em situação de rua, e catadores, dependentes de ações de organizações da sociedade civil visto que o poder público ao não reconhecê-los como sujeitos de direitos, pouco ou nada faz. Aparece também o papel do voluntariado no desenvolvimento de ações para promoção de SAN, e que no atual cenário político e social conservador que demoniza e criminaliza programas de transferência de renda, projetos sociais e lideranças que atuam nestes projetos, enfraquece movimentos e organizações.

Na Roda de Chimarrão que aconteceu na tarde do dia 27, teve como convidada Jussara Dutra, pesquisadora da área de gastronomia regional. Este espaço que aconteceu pela primeira vez durante este XXIV CONBRAN, tratou basicamente de aprofundar a discussão sobre cultura e tradição alimentar presente no Rio Grande do Sul, destacando a invisibilidade em relação ao reconhecimento da contribuição efetiva dos povos e comunidades tradicionais, na construção da história da cultura alimentar deste Estado.

O espaço *Josué de Castro Convida: um encontro com Dom Mauro Morelli*, homenageou a pessoa sensível, humana, pública, lutadora, e inspiradora de Dom Mauro Morelli, que trouxe para este momento uma fala crítica, e alegre de sua história de vida e de luta contra as agressões sociais da fome. Ao relatar momentos de sua infância, ele destaca que sua família era de origem pobre, mas que nunca passaram fome, e a medida que crescia, estudava nos seminários percebia que esta realidade se transformava e o alimento que em sua infância existia na natureza e era reconhecido por ele, e pelos demais, hoje não se encontra mais livre, a disposição: *enquanto o alimento for tratado como moeda, continuará a existir fome*. Dom Mauro destaca também os momentos de

luta a frente da *Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida*, junto com Betinho, sua atuação na luta por consolidar e fortalecer a segurança alimentar e nutricional e o direito humano a alimentação adequada: a fome que desfigura os seres humanos fere a dignidade humana. Ao final de sua fala realçou a importância da preservação das águas, que elas não servem para dividir, elas servem para interligar os povos e seus territórios. Foi entregue o troféu Josué de Castro a Dom Mauro Morelli em reconhecimento as suas contribuições e luta em direção a garantia de todos e todas ao direito humano a alimentação adequada.

A partir das falas e discussões realizadas durante os diversos momentos que compõem a Tenda Josué de Castro, e considerando o momento político atual de ameaça a continuidade das políticas públicas que garantem os direitos sociais, os participantes, convidados e entidades da sociedade civil que compuseram este espaço durante seus três dias de funcionamento, propõem:

1. Congratular a Associação Brasileira de Nutrição, ASBRAN, e todas as suas filiadas que bravamente deliberaram e concretizaram a realização após quase 20 anos, de um Congresso Brasileiro de Nutrição, CONBRAN, sem financiamento da indústria alimentícia, configurando a retirada do conflito de interesses na realização do direito humano à alimentação adequada, e da soberania e segurança alimentar e nutricional. E que cada vez mais a ASBRAN e demais entidades de nutrição se mantenham firmes nesta defesa, e avancem no posicionamento pela redução dos resíduos industriais que contaminam e poluem o meio ambiente, entre outros. E que esta visão seja levada para outros espaços e eventos.
2. Repudiar a PEC 241/2016, que passa a tramitar no senado como PEC 55/2016, e qualquer outro retrocesso nas políticas sociais brasileiras, conclamando a categoria a se aliar a outros movimento e organizações sociais pela derrubada desta Proposta de Emenda Constitucional. **NENHUM DIREITO A MENOS!**
3. Repudiar o PL 3200/15 (apensado ao PL 6299/02), que altera a legislação dos agrotóxicos, substituindo o nome de agrotóxicos por defensivos fitossanitários. Ele esconde da sociedade o risco que esses produtos representam à saúde e ao meio ambiente, enfraquece o controle sobre esses produtos pelo poder público, concentrando poderes na nova estrutura proposta, a CTNFito, que tem seus membros designados pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, e retirando atribuições do IBAMA, da ANVISA e dos órgãos estaduais de fiscalização. Além disso, o PL retira dos Estados e Municípios a competência para legislar de maneira mais restritiva em questões ambientais, de saúde e agronômicas.
4. Apoiar a criação e implementação imediata do Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA), que foi construído por grupo de trabalho formado por representantes da sociedade civil, do governo e especialistas vinculados a instituições de ensino e pesquisa.
5. Alterar a Legislação da ANVISA que proíbe o reaproveitamento das sobras de alimentos, visando ampliar o acesso da população em situação de vulnerabilidade social.
6. Ampliar a participação de conselheiros de CONSEAs como participantes do CONBRAN, proporcionando o compartilhamento de saberes.
7. Defender a manutenção e ampliação do PNAE e PAA.

8. Defender a manutenção e financiamento dos CECANEs.
9. Repudiar a implementação do projeto *SABER ALIMENTA*, parceria entre BR Foods (Sadia), e governos estaduais, somando-se as entidades que tem se manifestado contrário a este projeto.
10. Estimular a criação de legislação municipal que garanta a manutenção das zonas rurais dos municípios, como espaços indispensáveis para a promoção da segurança e soberania alimentar.
11. Repudiar o decreto 8425/2015, exigindo sua revogação por interferir na identidade dos pescadores artesanais e por excluí-los do acesso as políticas públicas.
12. Estimular a criação de um programa nacional de saneamento e habitação indígena respeitando as especificidades culturais de cada povo.
13. Estimular a criação de um programa nacional de agricultura indígena agroecológica.
14. Garantir o acesso a terra e território de PCTs como condição fundamental para a garantia do DHAA e soberania e SAN.
15. Repudiar a aprovação do PL 4148/2008, na câmara dos deputados, que retira o símbolo de transgênico da rotulagem dos alimentos.
16. Ampliar a discussão sobre gênero e sua relação com SAN, na categoria.
17. Repudiar o Lobby das indústrias para contornar regulamentações sobre alimentos e bebidas ultraprocessados.
18. Repudiar a pulverização aérea e terrestre de agrotóxicos e a contaminação genética do pólen transgênico nas agriculturas agroecológicas.
19. Estimular a adaptação de restaurantes populares para o adequado acolhimento do público com suas especificidades.
20. Favorecer o processo de transição da agricultura convencional para agricultura agroecológica.

TENDA JOSUÉ DE CASTRO